

## Recursos para a transição energética, pauta para as COPs<sup>1</sup>

Sergio Volk<sup>2</sup>

“Uma das propostas mais promissoras é transferir a externalidade do consumo de combustíveis fósseis dos consumidores para os produtores, criando assim uma fonte adicional de recursos financeiros para impulsionar a transição energética”.

A decisão da Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 28), sediada nos Emirados Árabes Unidos, desencadeou uma série de reflexões sobre a transição energética e a sustentabilidade financeira em meio ao desafio global das mudanças climáticas. A confirmação de Belém, Pará, como sede da próxima COP 30, em 2025, e Baku, Azerbaijão, como sede da COP 29, em novembro de 2024, evidenciou a importância da cooperação internacional na busca por soluções ambientais.

No entanto, o acordo final da COP 28, apesar de seu progresso significativo na redução gradual do uso de combustíveis fósseis para diminuir as emissões de gases de efeito estufa, levantou questões cruciais sobre a transição.

A necessidade de uma transição energética global para fontes mais sustentáveis é uma urgência imperativa diante dos desafios das mudanças climáticas. As emissões de gases de efeito estufa provenientes da queima de combustíveis fósseis estão exacerbando os efeitos do aquecimento global, levando a fenômenos climáticos extremos, elevação do nível do mar, acidificação dos oceanos e perda de biodiversidade.

Para enfrentar esses desafios e garantir um futuro sustentável para as gerações futuras, é essencial reduzir drasticamente a dependência de fontes de energia não renováveis, como o petróleo, carvão e gás natural, em favor de fontes mais limpas e renováveis, como a solar, eólica, hidrelétrica e outras energias renováveis.

---

<sup>1</sup> Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opinia/coluna/recursos-para-a-transicao-energetica-pauta-para-as-cops.ghtml> Acessado em 15.08.2024

<sup>2</sup> Presidente do Conselho Fiscal do IBEF-SP, doutor em economia pela EPGE-FGV/RJ, mestre pela PUC-SP em Contabilidade, Finanças e Auditoria, Conselheiro Fiscal e professor no MBA da FEI

No entanto, os desafios financeiros representam uma barreira significativa para essa transição energética. A implementação de infraestrutura para energias renováveis, como a instalação de parques solares e eólicos, a expansão da rede elétrica para integrar essas fontes de energia intermitentes e a modernização das redes de transporte para veículos elétricos exigem investimentos substanciais.

Os desafios financeiros também incluem a necessidade de repensar os modelos de negócios e os sistemas financeiros globais para incentivar investimentos em energia limpa e sustentável. Isso pode envolver a reforma de políticas públicas, como a implementação de incentivos fiscais para energias renováveis, a precificação do carbono para internalizar os custos ambientais das emissões de carbono e a criação de instrumentos financeiros inovadores, como títulos verdes e fundos de investimento sustentáveis.

O conceito de financiamento sustentável propõe uma abordagem inovadora para enfrentar os desafios financeiros associados à transição energética para fontes mais limpas e renováveis. Uma das propostas mais promissoras é transferir a externalidade do consumo de combustíveis fósseis dos consumidores para os produtores, criando assim uma fonte adicional de recursos financeiros para impulsionar a transição energética. Essa abordagem inovadora busca responsabilizar os produtores pelos danos ambientais causados pela queima de seus produtos, internalizando os custos ambientais associados às emissões de carbono e outros poluentes.

Ao transferir a externalidade para os produtores, essa abordagem não apenas cria um incentivo econômico para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, mas também direciona recursos financeiros para investimentos em projetos sustentáveis e de baixo carbono. Além disso, ao internalizar as externalidades ambientais, as empresas são incentivadas a adotar práticas mais responsáveis, como a redução da pegada de carbono e a incorporação de princípios ESG (ambientais, sociais e de governança) em suas operações.

Essa abordagem também tem o potencial de catalisar a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis, à medida que as empresas buscam soluções mais eficientes e de baixo carbono para minimizar seus impactos ambientais. Em última análise, o financiamento sustentável representa uma oportunidade única para alinhar os interesses econômicos com os objetivos ambientais, promovendo assim uma transição energética justa e sustentável para um futuro mais verde e resiliente.

Embora promissora, essa não é uma alternativa nova. O princípio 16 da Declaração do Rio, estabelecido durante a Cúpula da Terra de 1992, ressalta a importância crucial de internalizar os custos ambientais como parte integrante do desenvolvimento sustentável.

Essa declaração reconhece que as atividades econômicas muitas vezes geram externalidades negativas para o meio ambiente, e os custos associados a essas externalidades devem ser internalizados pelas partes responsáveis. Ao fazê-lo, as empresas e governos assumem a responsabilidade total pelos impactos

ambientais de suas atividades, levando em consideração não apenas os custos diretos, mas também os custos ambientais indiretos associados à degradação dos recursos naturais e à poluição.

As florestas tropicais no mundo estão concentradas na sua maior parte na Amazônia, bacia do Congo e Sudeste Asiático, totalizando 1,2 bilhão de hectares. O cálculo estimado para preservação por hectare ano é de US\$ 30, ou seja, será necessário o aporte anual de US\$ 36 bilhões.

A produção de petróleo no mundo é de 90 milhões de barris por dia o que corresponde a cerca de 33 bilhões de barris por ano que resulta uma receita, ao barril na faixa de US\$ 80, de mais de US\$ 2,6 trilhões. O custo estimado na proteção florestal tropical portando é de 1,38% da receita da produção de petróleo, equivalente a US\$ 1,1 por barril.

A formação de profissionais e o aprimoramento de técnicas de restauração são componentes essenciais para o sucesso desses esforços de recuperação da cobertura vegetal. Investir na capacitação de técnicos, engenheiros florestais e outros profissionais envolvidos na implementação de projetos de restauração é fundamental para garantir a eficácia e a sustentabilidade dessas iniciativas.

Adicionalmente, o desenvolvimento e aprimoramento contínuo de técnicas de restauração, incluindo métodos de plantio, manejo do solo e monitoramento de ecossistemas, são essenciais para maximizar os resultados e minimizar os custos associados à recuperação da cobertura vegetal.